

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

Clipping – Cuiabá/MT, 24 de março de 2010.

Notícias / **Ciência & Saúde**

24/03/2010 - 11:52

## **Brasil melhora performance no combate a tuberculose**

*Da Redação - Marcos Coutinho/Julia Munhoz*

Dados da organização mundial de saúde (OMS), divulgados a pouco pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, confirmam que o Brasil melhorou sua performance no combate a tuberculose, doença que ainda leva a óbito quase cinco mil pessoas por ano no país.

De acordo com o secretário executivo do Ministério da Saúde, Draurio Barreira, o Brasil registrou em 2008 4,3 mil óbitos por 100 mil habitantes, contra 4,82 em 2007, ou seja, reduziu de 38,1 para 37,4 a incidência de caso por 100 mil habitantes.

Em números gerais o Brasil passou da 18ª para 19ª posição entre as 22 nações que concentram 80% dos casos de tuberculose no mundo. Segundo o ministro Temporão, seis fatores influenciaram no bom desempenho.

O primeiro fator estaria relacionado a prioridade financeira e orçamentária para o combate a doença aumentando em 14 vezes a verba destinada pelo Ministério da Saúde, o segundo é a descentralização para a rede de saúde pública, que aumentou a atenção na base.

Terceiro ponto é a introdução do tratamento supervisionado durante os seis meses da terapia. Em quarto está a utilização da redução das pílulas de tratamento e a introdução da droga quatro em um, ou seja, quatro medicamentos em um só. A parceria com a sociedade civil, estados e municípios, que ganhou força a partir de 2006 e por ultimo mais informações sobre a doença, com campanhas institucionais e a luta contra o estigma.

Para Temporão, a expansão da cobertura estratégica do tratamento observado, que consiste na supervisão durante os seis meses de terapia, implicou no acompanhamento de 43% dos casos contra apenas 3,3% em 2002. “Foi um salto quantitativo e qualitativo sem precedentes no histórico de combate a doença, que é causada pelo bacilo de Koch, e afeta vários órgãos do corpo, mas sobre tudo os pulmões”.

### **Tuberculose**

A tuberculose é uma doença respiratória e contagiosa. Os principais sintomas são tosses constantes após três semanas, febre baixa, suor intenso e perda de peso. O diagnóstico

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

---

rápido facilita o tratamento, que dura cerca de seis meses e é disponibilizado gratuitamente pela rede municipal de saúde.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Brasil\\_melhora\\_performance\\_no\\_combate\\_a\\_tuberculose&id=91684](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Brasil_melhora_performance_no_combate_a_tuberculose&id=91684)

Notícias / **Ciência & Saúde**

24/03/2010 - 10:47

## **OMS mantém alerta de pandemia de gripe suína**

*Agência Brasil*

O Comitê de Emergência da Organização Mundial da Saúde (OMS) decidiu manter o nível de pandemia para a influenza A (H1N1) – gripe suína. De acordo com o órgão, há a constatação de queda de casos da doença em alguns países, mas há também indícios de alto nível de transmissão no Oeste da África.

A OMS expressou preocupação diante da proximidade com o inverno no Hemisfério Sul e de possíveis aumento da transmissão do vírus Influenza H1N1 no período. Segundo o comitê, é prematuro concluir que todos os países já vivenciaram picos de transmissão da gripe suína. “É preciso mais tempo e mais informação para se modificar o status de pandemia”, afirmou em nota.

O comitê deve voltar a se reunir em algumas semanas para rever o desenvolvimento da doença com base em informações epidemiológicas mais atualizadas.

As recomendações apresentadas pela OMS, por enquanto, são para que os países não fechem suas fronteiras ou façam qualquer tipo de restrição ao tráfego internacional, que a fiscalização seja mantida em relação a casos de gripe e pneumonia severa e que as pessoas evitem viajar se estiverem doentes.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=OMS\\_mantem\\_alerta\\_de\\_pandemia\\_de\\_gripe\\_suina&edt=34&id=91641](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=OMS_mantem_alerta_de_pandemia_de_gripe_suina&edt=34&id=91641)

23/03/2010 - 16:37

## **Técnicos do MS destacam benefícios aos usuários na Oficina de Assistência Farmacêutica**

*Da assessoria*

A Oficina de Assistência Farmacêutica continua durante toda a tarde desta terça-feira (23/03).

----->>> Saúde em Foco <<<-----

## As principais notícias sobre Saúde

---

Durante a realização da Oficina de Assistência Farmacêutica, que acontece no Hotel Fazenda Mato Grosso nesta terça (23/03) e quarta-feira (24/03) e onde o Estado e o Ministério da Saúde (MS) discutem mudanças no financiamento da dispensação de medicamentos causadas pela aplicação das Portarias 2.981 e 2.982, do MS, o destaque foi para os resultados práticos que as mudanças trarão para os usuários do SUS. A coordenadora geral da Assistência Farmacêutica Básica do Ministério da Saúde, Karmem Sarmiento Costa destacou que a Portaria 2.981 aprovou o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e que a Portaria 2.982 aprovou o financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. “Mas o importante é que essas Portarias promovem a ampliação do acesso e do financiamento dos medicamentos nas três esferas de Governo envolvidas na dispensação de remédios, o que facilitará muito a vida dos usuários do Sistema Único de Saúde que dependem dessa dispensação de medicamentos para usufruir melhor qualidade de vida”, explicou Karmem Sarmiento.

Já a Enfermeira do Ministério da Saúde, Caroline Bruggenann disse que, “além disso, a Oficina vai discutir o amplo papel que a ferramenta tecnológica Horus vai representar na aplicação do fluxo de aquisição, controle e dispensação desses medicamentos aos usuários. O Horus, na realidade, é uma ferramenta da Tecnologia de Informação do MS que vai definir competências nas três esferas de governo envolvidas com a Assistência Farmacêutica, promovendo a estruturação do serviço, a qualificação dos recursos humanos e gerenciamento do custo do medicamento”.

Segundo a técnica do MS, o programa será descentralizado de forma a poder controlar o estoque nas farmácias e almoxarifados, definindo prazos de reposição e a necessidade de compra para essa reposição.

O usuário, ao adquirir o medicamento, receberá um boleto por meio do qual ele saberá quando deverá voltar para agendar consultas e renovar seu estoque pessoal de medicamentos. Por sua vez a Assistência Farmacêutica vai saber quem adquiriu o medicamento, como ele é consumido e quando há necessidade de fazer reposição dele ao usuário do SUS.

“Além disso, o Ministério da Saúde definiu 16 municípios em 13 Estados para serem usados como pilotos no uso do programa Horus. Em Mato Grosso foi escolhido o

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

município de Juína como piloto para operacionalização da ferramenta. Até Abril de 2010 os demais municípios do Estado deverão assinar o Termo de Adesão ao programa e, a partir de maio, começam a receber capacitação para operar o Horus”, informou Karmem Sarmento.

Falando sobre a programação do evento, a coordenadora de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT) disse que “a expectativa é de que o evento promova, também uma troca de experiência e conhecimento entre as três esferas de governo envolvidas com a dispensação de medicamentos. Mato Grosso tem um sistema de Saúde especializado e é referência nacional em termos de Assistência Farmacêutica, com vários Estados vindo conhecer o nosso método de funcionamento. A discussão das novas Portarias vai aumentar ainda mais essa especialização”.

### **PROGRAMAÇÃO**

A Oficina de Assistência Farmacêutica continua durante toda a tarde desta terça-feira (23/03), com a seguinte programação:

Terça – feira (23/03), das 13h30 as 17h30: começa a apresentação da Portaria GM número 2.981, que contém o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, e a Apresentação da Portaria GM número 2.982, contendo as normas de execução da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.

Quarta - feira (24/03), das 8h00 as 12h00 começa a Discussão do Elenco Mínimo de Medicamentos da Atenção Básica, seguida da Elaboração de Proposta desse Elenco Mínimo. Também será feita uma Estruturação da Rede de Diagnóstico para Suporte às Portarias Ministerial e Estadual.

A tarde, das 13h30 as 17h30 será realizada a apresenta do HORUS, Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica. A Oficina será encerrada após a apresentação do Programa HORUS.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Tecnicos do MS destacam beneficios a os usuarios na Oficina de Assistencia Farmaceutica&edt=25&id=91477](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Tecnicos%20do%20MS%20destacam%20beneficios%20a%20os%20usuarios%20na%20Oficina%20de%20Assistencia%20Farmaceutica&edt=25&id=91477)

Notícias / Cidades

23/03/2010 - 18:24

----->> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

## **Promotoria mostra acordos com Saúde em Rondonópolis**

*De Rondonópolis - Dayane Pozzer*

O promotor de Justiça da Defesa da Cidadania e do Consumidor, Ari Madeira Costa, da 1ª Promotoria de Justiça de Rondonópolis, convocou a imprensa na manhã desta terça-feira (23) e apresentou os recentes termos de ajuste de conduta (TAC) firmados entre o Ministério Público e a prefeitura do município.

Ari Madeira apresentou ainda o planejamento para 2010 das três unidades de defesa ao cidadão que trabalha a Promotoria, sendo a de defesa dos direitos do consumidor, defesa dos direitos dos cidadãos à saúde e defesa dos direitos dos cidadãos dos grupos vulneráveis, como idosos e portadores de necessidades especiais.

De acordo com a documentação apresentada, o MP e o município de Rondonópolis celebraram no dia 24 de fevereiro deste ano o ajustamento de várias irregularidades encontradas pela Vigilância Sanitária Municipal e Estadual no Pronto Atendimento da cidade. Conforme o TAC, algumas providências devem ser tomadas de imediato, outras em prazos de 30 e 90 dias e seis meses a contar da data do documento.

O não cumprimento das medidas acordadas prevê multa diária de R\$ 1 mil. Com o termo, o município se comprometeu a disponibilizar de imediato (três dias úteis) diversos itens do hospital ao MP, como alvará de prevenção contra incêndio e pânico, registro de manutenção preventiva dos equipamentos, registro das reuniões da diretoria clínica, entre outros.

Quanto às mudanças que o PA deve providenciar estão a constituição de uma Comissão de Ética de Enfermagem, rotina de limpeza e registro de desinfecção de teto, paredes e pisos, equipamentos, ventiladores, macas, mesas e cadeiras de todo o hospital, copos descartáveis em número suficiente e troca dos filtros a cada seis meses, suporte para as caixas de perfuro-cortantes para todos os setores, troca regulamentar de lençóis dos pacientes, restauração da pintura de paredes internas da unidade e sanar infiltrações, instalação de suporte para papel toalha e sabão líquido e lixeira com tampa e pedal em todos os consultórios, entre outros 99 itens gerais, dos serviços de nutrição e dietética e da farmácia interna.

----->>> Saúde em Foco <<<-----

## As principais notícias sobre Saúde

---

Entre as providências solicitadas pela equipe de fiscalização do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso (Coren/MT), o PA deverá regularizar a situação de três funcionários que são auxiliares de enfermagem, mas exercem a função de técnicos de enfermagem. A retirada dos profissionais deverá ser feita no prazo de 90 dias.

O promotor explicou ainda que todas as unidades do Programa de Saúde da Família (PSF) do município vão passar por fiscalização este ano e ajustamentos de conduta.

Além disso, Ari Madeira falou sobre a responsabilidade do poder público com relação aos direitos do cidadão que procura por ajuda médica, seja ela de atendimento, ou para receber medicamentos. Ele orientou que o cidadão deve procurar, em primeiro lugar, a Secretaria de Saúde, mas caso o órgão se omita deve procurar pelo Ministério Público, que tem a obrigação de agir, mesmo na representação de apenas um caso de omissão do poder público.

### **Nefrologia**

Também no final de fevereiro, o MP e o município firmaram o ajustamento com relação à Clínica de Nefrologia. De acordo com o TAC, de imediato o município precisou realizar mudanças no sistema de tratamento e análise da água utilizada na unidade. A fiscalização verificou que na época não havia a realização de análise da água tratada para uso na diálise dos pacientes.

Outras modificações na estrutura física, em equipamentos, em processos e procedimentos e na área de recursos humanos também foram firmadas, a maioria com prazo imediato de realização.

### **Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias**

Nesta segunda-feira (22), um outro TAC também foi assinado pela Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério Público, através do promotor Ari Madeira. Trata-se da regularização das contratações dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias que atuam em Rondonópolis.

De acordo com o documento, a prefeitura deverá realizar um processo seletivo para as atividades no prazo de seis meses. O não cumprimento prevê multa diária de R\$ 1mil, reajustável anualmente em 6%. O município fica proibido de contratar profissionais

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

dessa categoria de forma temporária ou terceirizada, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Promotoria mostra acordos com Saude em Rondonopolis&edt=25&id=91534](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Promotoria%20mostra%20acordos%20com%20Saude%20em%20Rondonopolis&edt=25&id=91534)

Notícias / **Cidades**

24/03/2010 - 09:03

## **Dentistas de Cuiabá encerram greve e acatam proposta de Wilson Santos**

*Da Redação - Kelly Martins*

Fim da greve dos cirurgiões dentistas de Cuiabá. Depois de quase três meses com os serviços paralisados na capital, a categoria aceitou a proposta apresentada na noite desta terça-feira (23) pelo prefeito Wilson Santos (PSDB) com a equiparação salarial de R\$ 1.350 mil, por 20 horas semanais. O chefe do Executivo municipal disse ainda que vai assinar o documento e encaminhar para o Sindicato dos Cirurgiões Dentistas de Mato Grosso (Sinodontomt).

Os dentistas alegam que o salário-base de R\$ 842 está congelado há 15 anos e cobram um piso de R\$ 1,6 mil. Cuiabá conta hoje com 132 servidores estatutários municipais e outros 145 contratados.

No entanto, o presidente Sinodontomt, Gustavo Oliveira, disse que a proposta será discutida em assembleia dos profissionais na noite de hoje (24), mas garante que será aprovada. “Ficamos chateados por não conseguir o valor que a categoria queria. Estamos buscando a melhoria e as conversas continuam”, declarou o sindicalista ressaltando ainda que aguardará o documento para retornar às atividades.

O procurador-geral do município, Ussiel Tavares, chegou a declarar em entrevista à imprensa que iria ingressar com uma ação na Justiça para que os dentistas mantivessem pelo menos 30% do efetivo atuando no atendimento à população. Isso diante da manifestação realizada pelos profissionais, durante a inauguração da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Tijucal.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Dentistas de Cuiaba encerram greve e acatam proposta de Wilson Santos&edt=25&id=91634](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Dentistas%20de%20Cuiaba%20encerram%20greve%20e%20acatam%20proposta%20de%20Wilson%20Santos&edt=25&id=91634)

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

23/03/2010 - 19h29

## MP obtém mais três liminares que garantem reformas de policlínicas da Capital

Redação 24 Horas News

O Ministério Público Estadual obteve mais três liminares que garantem as reformas das policlínicas de Cuiabá. Além das unidades do Coxipó e do Pascoal Ramos, o município também terá que providenciar adequações nas policlínicas do CPAI, Verdão e Planalto. As cinco decisões judiciais foram proferidas na quinta e sexta-feira (18 e 19/03). O prazo para as reformas é de 120 dias.

De acordo com o promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, antes de propor as ações o Ministério Público tentou, por diversas vezes, sanar as irregularidades detectadas por meio de um acordo extrajudicial com o município, mas não obteve êxito. Segundo ele, a conformidade das unidades de saúde com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde foi uma das prioridades estabelecidas no Planejamento Estratégico do Ministério Público.

As reformas determinadas pela Justiça, em relação às policlínicas de Cuiabá, variam de acordo com as necessidades detectadas em cada unidade. Entre as exigências estabelecidas, estão: ampliações dos espaços reservados para o funcionamento da farmácia; adaptações para pessoas com deficiência física; autorizações dos alvarás da Vigilância Sanitária; construção de abrigo adequado para armazenamento do lixo; disponibilização de assentos sanitários nos banheiros; entre outras.

FUNDAMENTAÇÃO: As irregularidades apontadas nas ações civis públicas propostas pelo Ministério Público são oriundas do relatório de Fiscalização Preventiva Integrada, realizado no ano de 2005. Participaram da fiscalização as seguintes autarquias: Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Odontologia, Conselho Regional de Serviço Social; o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Juizado da Infância e da Adolescência de Cuiabá e a Vigilância Sanitária do Município.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=323403>

» **PLANTÃO GAZETA**

24/03/2010 13:31

### **CPI da Saúde visita Hospitais no interior de MT**

Nesta sexta-feira (26), às 9 horas, a CPI da Saúde visita o Hospital Regional de Colíder para avaliar a infraestrutura, atendimento e equipamentos da unidade de saúde. Os deputados membros da comissão já estiveram nos hospitais regionais de Cáceres e Rondonópolis e detectaram deficiência de leitos, médicos, servidores e equipamentos.

Durante as visitas, os parlamentares percorrem as instalações dos hospitais, conversam com pacientes, médicos e servidores. Na próxima semana, a comissão estará em Sorriso. A CPI da Saúde foi instalada em 4 de novembro de 2009 e tem 180 dias para apresentar um relatório sobre a situação da saúde pública em Mato

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

---

Grosso.

<http://www.gazetadigital.com.br/>

» **PLANTÃO GAZETA**

24/03/2010 12:01

## **Fóruns regionais de saúde mental continuam até sexta**

Antecedendo a II Conferência Municipal de Saúde Mental Intersetorial de Cuiabá, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) iniciou terça-feira (23.03) os fóruns regionais para a discussão das políticas públicas do setor nas quatro regiões da capital.

A primeira regional a receber o fórum foi a sul. Hoje os debates foram realizados na região oeste, no Centro de Apoio e Suporte à Educação Especial (Casies). Aqueles que quiserem participar como delegados da conferência que acontece em abril, podem participar dos fóruns nesta quinta e sexta-feira (25 e 26.03).

Durante os fóruns regionais, as discussões seguirão em três eixos temáticos: Saúde Mental e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais; Consolidando a rede de atenção psicossocial e fortalecendo os movimentos sociais e Direitos humanos e cidadania como desafio ético e intersetorial.

Amanhã, o fórum tem início às 13h30 no auditório da Secretaria Municipal de Educação (SME). Podem participar representantes de usuários, trabalhadores e gestores da área da saúde e também de outros setores, que morem ou atuem na região leste.

Na sexta-feira (26) a rodada de discussões regionais encerra no distrito norte de Cuiabá. O fórum terá início às 8h30 no salão paroquial da Igreja Imaculado Coração de Maria, no bairro CPA IV.

A primeira edição da conferência municipal de saúde mental aconteceu no ano de 2001 e, de acordo com a coordenadora da Saúde Mental da SMS, Maria Aparecida Silva, o debate deve envolver todos os setores da sociedade, pois o tratamento dos portadores de transtornos mentais e dependência química extrapolam os limites da saúde.

<http://www.gazetadigital.com.br/>

## **MP paulista consegue liminar que proíbe Prefeitura de exigir “Cartão Cidadão”.**

O Ministério Público obteve antecipação dos efeitos da tutela em ação civil pública movida contra o Município e o prefeito de Guararema, Márcio Luiz Alvino de Souza. A decisão impede que a Prefeitura exija o documento denominado “Cartão Cidadão” como condição ao acesso a qualquer dos direitos básicos e de dignidade da pessoa humana, assegurados na Constituição Federal, Estadual, ou legislação infraconstitucional. Também determina que a Prefeitura se abstenha de exigir o cartão para acesso às dependências e serviços públicos de qualquer natureza, sob pena de multa no valor de R\$ 10 mil por dia de descumprimento da ordem.

A antecipação da tutela foi deferida pela juíza Vanêssa Christie Enande, da Vara Distrital de Guararema, na ação civil pública ajuizada pelo promotor de Justiça Fábio Brambilla.

Em procedimento investigatório instaurado na Promotoria de Justiça, foi constatado que

----->>> Saúde em Foco <<<-----

## As principais notícias sobre Saúde

---

a Prefeitura de Guararema, por meio de seu prefeito, implantou no município um sistema de cadastro de moradores da cidade, denominado de “Cartão Cidadão de Guararema”. Logo depois, o prefeito Márcio Luiz Alvino de Souza editou um decreto segundo o qual somente as pessoas que já obtiveram o “Cartão Cidadão” podem exercer e ter assegurados os direitos à saúde, à educação, à assistência social, ao lazer e ao turismo.

“O sistema de cadastro, que inicialmente foi informado como mecanismo para agilizar o atendimento à população e trazer benefícios aos munícipes, conforme panfletos distribuídos pela administração, na realidade acabou sendo utilizado como instrumento de ofensa a direitos e garantias assegurados na Constituição Federal, Estadual, e leis infraconstitucionais”, escreve o promotor na ação.

Ele destaca que o decreto que regulamentou a lei estabeleceu que o Cartão Cidadão, “de porte obrigatório”, passou exigir a apresentação do documento, a partir de 1º de fevereiro de 2010, no CESAP (Centro de Especialidades de Saúde e Atendimento à População); na Unidade Móvel de Saúde; UBS – Unidade Básica de Saúde, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para “retirada de passe escolar para utilização do transporte escolar, matrículas e rematrículas nas escolas da rede municipal de ensino; matrículas e rematrículas em cursos promovidos pelo poder público”; na Secretaria Municipal de Esportes e lazer, nos respectivos programas e demais eventos esportivos e de lazer; na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, em todas as unidades e respectivos programas municipais; na Secretaria Municipal de Administração e Finanças e nos demais programas e eventos promovidos pela Administração Municipal.

“Verifica-se que o Poder Público municipal pretende, na realidade, que referido cartão seja meio de identificar as pessoas que efetivamente residem no município e, com isso, excluir do atendimento à saúde, educação, lazer, turismo, assistência social e a todos os direitos essenciais garantidos aquelas pessoas que não possuam o cartão, quer porque aqui se encontram apenas em trânsito, ou que não tenham comprovado que residem na cidade”, afirma o promotor. “Assim, a Prefeitura criou não só um mecanismo de cadastro (o que, em tese, seria lícito caso tivesse finalidade diversa da presente), mas sim uma forma de exclusão de atendimento a serviços públicos essenciais e à privação de direitos indisponíveis, o que afronta os princípios fundamentais do nosso Estado Democrático de Direito”, complementa.

Ainda segundo a ação, sem o Cartão Cidadão, as escolas se recusam a matricular os alunos e estudantes que por anos frequentaram escolas próximas às suas residências, tiveram agora negado o direito à nova matrícula, sob o fundamento inconstitucional e ilegal de que não possuíam, ainda, o Cartão Cidadão.

“Alunos que estão devidamente matriculados foram obstados de ingressarem na sala de aula e assistirem às aulas porque não apresentaram o documento criado pelo Poder Executivo, que ora é exigido como de porte obrigatório para obtenção do direito e do acesso à educação”, salienta o promotor. “Não é diferente o que vem ocorrendo na área da saúde. O Cartão está sendo exigido como documento de apresentação obrigatória para obtenção de medicamentos, agendamento de exames e atendimento médico, o que fere o Direito essencial à saúde e, por consequência, o Direito à vida, já que a falta de medicamentos e de atendimento médico a quem não possua referida cartão pode ensejar a morte da pessoa”, acrescenta. De acordo com o Ministério Público, o mesmo vem

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

---

ocorrendo para o acesso aos serviços de saúde, de assistência social, de turismo e de lazer.

Na ação, o promotor Fábio Brambilla pede que, no julgamento da ação, seja acolhida a arguição incidental de inconstitucionalidade da lei e do decreto municipais, que a Prefeitura de Guararema se abstenha de exigir o “Cartão Cidadão” como documento obrigatório na cidade e de exigí-lo como condição ao acesso a qualquer dos direitos básicos e de dignidade da pessoa humana, e a condenação do prefeito Márcio Luiz Alvino de Souza por prática de ato de improbidade administrativa.

**Fonte:** MP/SP, 22/03/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2301>

### **Gestão financeira das Secretarias de Saúde do Paraná será desagregada das contas das prefeituras.**

Municípios com mais de 200 mil habitantes devem desagregar contas de secretarias.

Novidade está prevista em instrução normativa, ainda sem número, que regulamenta o envio de dados da execução orçamentária dos municípios ao longo do exercício de 2010, aprovada na sessão do Pleno do TCE da última quinta-feira (18 de março)

A partir deste ano, municípios paranaenses com população superior a 200 mil habitantes ficam obrigados a desagregar, da Prestação de Contas Anual, a execução orçamentária e financeira das secretarias que compõem a sua estrutura organizacional. A novidade consta do Artigo 3º de instrução normativa, ainda sem número, aprovada na reunião do Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), realizada na última quinta-feira (18 de março).

Na prática, isso significa que os secretários municipais deverão elaborar demonstrações financeiras, contábeis e gerenciais mensais separadas do gabinete do prefeito. Desta forma, é feito um julgamento individualizado das responsabilidades pelos atos de gestão e ordenação. Como as secretarias constituem unidades gestoras de orçamento, devem, obrigatoriamente, fazer inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), na qualidade de filiais, atendendo à Instrução Normativa RFB nº 748/07.

Conforme a nova agenda de obrigações instituída, todos os entes públicos municipais devem efetuar, até o próximo dia 25 de março, pela internet, o envio dos dados referentes ao primeiro bimestre de 2010. Fazem parte desta remessa as informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos municípios, assim como contratos, licitações, registro de subvenções e obras públicas.

Conforme determina a Lei Orgânica do TCE (Lei Complementar 113/05), os gestores que não cumprirem o envio bimestral dos dados ficarão impedidos de obter certidões liberatórias. Em casos extremos, poderão sofrer sanções que chegam à intervenção.

A instrução normativa em questão regulamenta o encaminhamento bimestral dos dados da execução orçamentária municipal do exercício de 2010 ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM). De acordo com ela, anualmente, os gestores de todos os entes municipais do Paraná deverão apresentar, ao TCE, os

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

---

balanços patrimonial e de resultado econômico.

Elaborada pela Diretoria de Contas Municipais do TCE, a instrução normativa atinge as 399 prefeituras, igual número de câmaras municipais, fundos, fundações, autarquias, consórcios intermunicipais, sociedades de economia mista e empresas públicas dependentes.

**Fonte:** TCE/PR, 22/03/2010 e LEGISUS.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2302>

### **TCU quer PCCS para a gestão das Secretarias de Saúde.**

A determinação do Tribunal de Contas da União para que a Secretaria de Saúde de Paranaguá-PR implante um plano de cargos, carreiras e salários, de acordo com as exigências da lei 8.142/90, reproduzida em alguns tribunais de contas estaduais, nos chama a atenção para alguns aspectos importantes:

I. O TCU ainda revela um desconhecimento na diferenciação de órgãos da administração direta, sem autonomia administrativa para a elaboração de um plano de cargos, carreiras e salários, confundindo-o com entidade da administração indireta com tal liberalidade;

II. Conforme sustentado por nosso técnico, no último curso realizado no Município de São Paulo no dia 19/03/2010, quando se discutiu sobre a aplicação irregular dos recursos do SUS, os gestores da saúde têm que ficar atentos à exigência de tal requisito previsto na lei 8.142/90 para a descentralização dos recursos federais para os Municípios, já que referida lei previu expressamente:

***Art 4º - Para receberem os recursos, de que trata o art. 3º desta Lei, os Municípios, os Estados e o Distrito federal deverão contar com:***

*(...)*

***VI Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de (dois) anos para sua implantação.***

Esta exigência, como se pode ver, é legal, ainda que se diga a exigência do dispositivo é despropositada pelo fato de que a União Federal ainda não conseguiu aprovar no congresso um plano de cargos nacional para a área da saúde.

III. O Ministério da Saúde quase nada tem feito em relação à regulamentação deste dispositivo, já que nada faz para o retirar de circulação, mediante a articulação com o congresso nacional para a edição de lei ou agindo para que haja a implementação de um plano nacional citado acima.

A conclusão lógica é que o gestor da saúde municipal tem que tomar algumas providências em relação à questão, como, por exemplo, demandar o prefeito, por escrito, e com cópia para guardar em sua “pasta curinga” (que eventualmente terá que lançar mão no futuro para se defender) solicitando a criação de uma comissão a nível municipal, ou, nos limites de sua atribuição como órgão da administração direta e sem

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

---

autonomia administrativa, apresentar o trabalho de uma comissão, efetuado aos moldes da exigência da citada lei, relativa à organização da saúde local.

E, também no imediato, se promover as articulações com as CIB's e CIT, para demandar as providências devidas junto ao Ministério da Saúde, coordenador nacional do SUS, e responsável em dar a cooperação técnica aos Estados e Municípios (segundo previsão expressa na lei 8.080/90), lembrando, que os produtos dos "apoios logísticos" até então apresentados aos gestores não atendem àquelas exigências da lei 8.142/90.

**Fonte:** LEGISUS, 23/03/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2298>

